



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na terça-feira	Capital de giro Na terça-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,29% São Paulo	111.890 111.350 26/5 27/5 30/5 31/5	R\$ 1.212	Na terça-feira R\$ 4,753 (-0,02%) 25/maio 4,821 26/maio 4,761 27/maio 4,738 30/maio 4,754	R\$ 5,103	6,76%	12,89%	Dezembro/2021 0,73 Janeiro/2022 0,54 Fevereiro/2022 1,01 Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06

CONJUNTURA

Desemprego recua, mas renda é menor

Taxa de desocupação cai para 10,5% no trimestre de fevereiro a abril, a menor para o período desde 2015. Emprego formal cresce

» DEBORAH HANA CARDOSO
» FERNANDA STRICKLAND

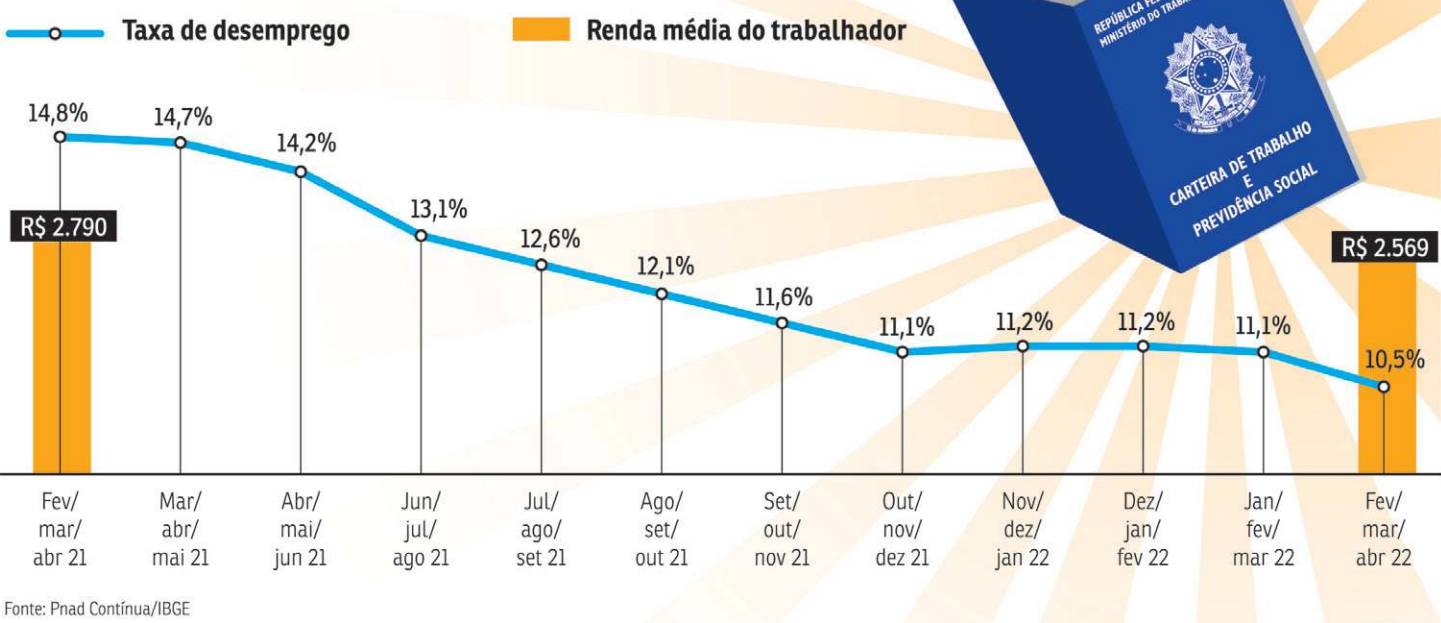
O índice de desemprego no Brasil caiu para 10,5% no trimestre de fevereiro a abril, o menor nível para esse período desde 2015, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Houve uma redução de 0,7 ponto percentual em relação ao trimestre de novembro a janeiro (11,2%) e de 4,3 pontos na comparação com período de fevereiro a abril de 2021, quando a taxa era de 14,8%. Apesar da melhora, o país ainda tem um número grande de desempregados — 11,3 milhões. E o rendimento médio dos trabalhadores é 7,9% menor do que há um ano, mostrando que os empregos criados têm oferecido remuneração mais baixa.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), o número de pessoas ocupadas no país chegou a 96,5 milhões, o maior da série histórica, iniciada em 2012. Houve alta de 1,1% na comparação com o trimestre de novembro a janeiro e de 10,3% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Isso equivale a um aumento de 1,1 milhão de pessoas empregadas no trimestre e de 9 milhões de ocupados no período de um ano.

Já a população desocupada, estimada em 11,3 milhões, recuou 5,8% frente ao trimestre anterior, o que significa que 699 mil pessoas voltaram a ter trabalho, nesse período. Na variação anual, a queda foi de 25,3%, ou menos 3,8 milhões de pessoas na fila do desemprego.

“A retração da taxa de desemprego vem ocorrendo desde o

Menos desocupados



A retração da taxa de desemprego vem ocorrendo desde o trimestre encerrado em julho de 2021, em função, principalmente, do avanço da população ocupada”

Adriana Beringuy,
coordenadora da Pnad Contínua, do IBGE

trimestre encerrado em julho de 2021, em função, principalmente, do avanço da população ocupada”, destacou Adriana Beringuy, coordenadora da pesquisa do IBGE.

Segundo analistas, a queda do desemprego reflete o forte desempenho da atividade econômica no primeiro trimestre do ano. Entretanto, há dúvidas sobre a continuidade desse ritmo, uma vez que a alta de juros promovida pelo Banco Central para segurar a inflação deve impactar a economia no segundo semestre.

Adriana Beringuy explicou que o nível de emprego aumentou nos grupamentos de transporte, armazenagem e correio, administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais e outros

serviços. Os demais grupamentos ficaram estáveis.

Carteira assinada

Chamou a atenção o aumento de 11,6%, na variação anual, dos empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado. O número chegou a 35,2 milhões, um acréscimo de 3,7 milhões de pessoas no período de um ano. “Foi mantida a trajetória de recuperação do emprego com carteira, com diversas atividades registrando expansão, principalmente no comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e em informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas”, afirmou Beringuy.

A coordenadora do IBGE destacou que esse é o maior contingente com carteira assinada

desde abril de 2016, e a quarta expansão consecutiva. Todas as demais posições na ocupação, como trabalhadores sem carteira no setor privado, conta-própria e empregador, entre outras, mantiveram estabilidade. Assim, a taxa de informalidade caiu de 40,4%, no trimestre anterior, para 40,1% da população ocupada, totalizando 38,7 milhões de trabalhadores informais.

O rendimento real habitual foi apurado em R\$ 2.569 no trimestre encerrado em abril, apresentando estabilidade frente ao trimestre anterior e queda de 7,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Ou seja, a expansão da formalidade não se traduziu em crescimento do rendimento. A massa de rendimento real habitual (R\$ 242,9 bilhões) cresceu frente ao trimestre anterior, mas ficou estável na comparação anual.

Expectativa de alta do PIB

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deve divulgar amanhã o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, e economistas estão prevendo uma alta acima de 1%. Nesta semana, em reunião no Palácio do Planalto, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, informou que os analistas do mercado financeiro caminham para rever suas previsões de crescimento do PIB em 2022 para um patamar em torno de 2%.

O Ministério da Economia utiliza no Orçamento, uma projeção de alta de 1,5% do PIB neste ano. Já a estimativa do BC permanece em 1%, mas deve subir no próximo Relatório de Inflação.

O economista pela FAE Business Fábio Tadeu Araújo avalia que 2% é uma taxa muito otimista para este ano. “Se imaginarmos que, há dois meses, o Boletim Focus previa uma alta pouco acima de 0,5%, e agora está prevendo 1%, estaríamos mais perto de 1,5%, talvez levemente acima de 1,5% neste ano, mas longe de 2%”, disse.

Ele explicou que, se confirmada, uma alta do PIB será um bom sinal, mostrando que a economia está reagindo. “Ou reagiu a algumas medidas que foram tomadas ainda no ano passado, ou no começo deste ano”, observou. “Ter um crescimento acima da expectativa é bom, o país precisava, na verdade, buscar um crescimento superior a 3%, e faz bastante tempo que nós não temos isso, até porque a alta de 2021 não pode ser comparada com 2020, dada a recessão.”

Segundo Tadeu Araújo, é possível que, se o crescimento se mostrar mais forte, o BC tenha mais segurança para aumentar a taxa de juros para segurar o custo de vida. Isso, porém, teria impacto negativo no crescimento futuro. “A inflação tem vindo consistentemente acima do previsto, tanto no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) quanto no IPCA-15, com uma dispersão grande na alta de preços”, comentou. Para o economista, um dos fatores que o Banco Central considerava para interromper a alta de juros quando eles chegassem a 13,25% ou a 13,75% ao ano, era o fato de a economia estar patinando. Hoje, a taxa é de 12,75%. “Se a economia mostra sinais de alta e de aquecimento, pode dar mais segurança para o BC praticar uma política monetária ainda mais restritiva, quem sabe com a taxa Selic chegando a 14% ou até a 14,25%”, afirmou.

O economista frisou que o consumo das famílias é o mais importante na recuperação do PIB, e que as medidas de estímulo que o governo tem adotado, como a liberação do FGTS, o Auxílio Brasil e outros programas, podem incentivar a alta das vendas do varejo. “Do lado da oferta, o que tende liderar esse processo é o setor de construção civil e do agronegócio”, disse. (FS)

“Senado não pode se eximir na reforma”

» ISABEL DOURADO*

O Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) Rodrigo Spada, afirmou, em entrevista ao *CB.Poder* — parceria do *Correio* com a TV Brasília — que o Senado não pode “se eximir das responsabilidades”. Spada referia-se ao adiamento da votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da PEC 110/2019, proposta de emenda à Constituição relacionada à reforma tributária. A votação estava prevista para ontem.

Devido a presença de apenas 13 senadores (são necessários no mínimo 14 para deliberação), o presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (União-AP), cancelou a reunião. A matéria já recebeu 252 emendas, das quais quase 70 foram acatadas. No entanto, ainda não há consenso entre os membros da CCJ para análise da proposta.

“O que não pode acontecer é o Senado se eximir da sua responsabilidade. Hoje, as grandes capitais concentram grande parte da arrecadação do ISS. O maior

imposto que vai ser mexido (na proposta da reforma tributária) é o ISS. O estado de São Paulo tem 10% do PIB nacional, porém ele arrecada 30% do ISS de âmbito nacional. Então é uma grande distorção. Por essa concentração de arrecadação, eles têm medo que a mudança prejudique as capitais, onde estão concentradas empresas de arquitetura, de advocacia”, observou o presidente da Febrafite. “Mas a CNI está favorável, Sebrae, Febraban, várias Ongs, então a sociedade, em regra, é favorável.”

Novo modelo

A PEC 110 tem como diretriz principal a instituição de um modelo dual do Imposto de Valor Agregado (IVA). O IVA Subnacional será composto pelo Imposto de Bens e Serviços (IBS) — resultado da fusão do ICMS (imposto estadual) e do ISS (imposto municipal) — para estados e municípios. Na outra frente, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) unifica tributos federais (IPI, Cofins e Cofins-Importação, PIS e Cide-Combustíveis)

Ed Alves/CB/D.A Press



Presidente da Febrafite, Rodrigo Spada afirma que mudança no sistema tributário é urgente

arrecadados pela União e formará o IVA Federal.

Rodrigo Spada explica que o modelo do IVA — que é adotado em mais de 178 países do mundo —, não é cumulativo, ao contrário do sistema atual de impostos. “Nosso modelo tributário é

da década de 1960, um modelo anacrônico em uma economia industrial e fechada. Hoje temos uma economia aberta e globalizada onde os serviços ganham força. Então é muito importante ter uma desoneração da cadeia, para a gente concorrer em igualdade

com chineses, indianos, coreanos, argentinos, porque, da forma em que está, o sistema tributário depõe contra a economia nacional”, afirmou Spada.

* Estagiária sob a supervisão de Ronayre Nunes